

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E A AMÉRICA LATINA: O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Resultado de investigação finalizada

GT 12: Globalização, integração regional e sub-regional

Maylle Alves Benício¹.
Alexandre César Cunha Leite.²

Resumo

O atual cenário internacional evidencia fortes instabilidades decorrentes de um sistema financeiro colapsado. A crise financeira internacional, iniciada no setor hipotecário dos Estados Unidos (2007), refletiu a lógica dos processos de globalização e desregulamentação financeira e propagou-se por todos os continentes. Nesse sentido, a América Latina rapidamente sentiu os efeitos deletérios da crise nos seus níveis de atividade econômica, ao passo que foram trazidas à tona várias fragilidades histórico-estruturais que permeiam a região. Dessa forma, o presente artigo objetiva expor os efeitos sumamente negativos causados pela crise aos países da América Latina e reiterar a importância da integração regional como um dos principais instrumentos para mitigar esses efeitos e amenizar as dificuldades estruturais que freiam o desenvolvimento da região.

Palavras-Chaves: Crise Financeira Internacional. América Latina. Integração Regional.

1. Introdução

Transcorridos mais de quatro anos desde o estouro da bolha especulativa do setor imobiliário dos Estados Unidos, a crise financeira internacional – distinta pela sua profundidade e abrangência – ainda encontra-se em notável desenvolvimento, alternando-se entre fases mais agudas e melhoras pontuais.

A referida crise está imersa em um período marcado pela forte globalização financeira e pela crescente desregulamentação da economia, no qual a estrutura produtiva tem sofrido expressiva reorientação espacial e as finanças desempenham um papel central na economia internacional.

Nesse contexto, o efeito contágio da crise recaiu sobre todos os mercados globais, atingindo, em maior ou menor grau, tanto os principais países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, impondo notáveis prejuízos.

A América Latina não escapou a essa lógica e rapidamente presenciou a desaceleração de suas economias, com o crescimento negativo espalhado por toda a região. Isso evidenciou que os seus países permanecem substancialmente condicionados às circunstâncias internacionais, explicitando, também, as fragilidades estruturais inerentes à trajetória de desenvolvimento da região.

Essa problemática traz à tona a questão da integração regional como uma importante ferramenta para consolidar o mútuo desenvolvimento econômico e social dos países latinoamericanos, atenuando, por conseguinte, os impactos deletérios causados pela crise à região.

Convém pontuar que a desestruturação da arquitetura financeira mundial tem substancial repercussão não somente nas questões econômicas, mas nas questões políticas e sociais, constituindo-se

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: maylle_benicio@yahoo.com.br

²Doutor em Ciências Sociais/Relações Internacionais pela PUC/SP. E-mail: alexccleite@gmail.com

um debate de extrema relevância para a compreensão de uma nova conjuntura nas relações intra e extra-estatais. Fazendo um recorte nesse amplo cenário gerado pela crise financeira internacional, o presente trabalho delimita-se aos desdobramentos da crise na América Latina, no período de 2008 a 2012.

Alicerçado em uma metodologia documental, descritiva e qualitativa, o presente artigo expõe um estudo geral acerca do turbulento quadro que se instala na América Latina após a eclosão da crise. Para tanto, utilizou-se, em especial, os dados obtidos por meio dos relatórios oficiais da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL.

O objetivo desse artigo centra-se, portanto, em descrever os efeitos da crise financeira internacional na América Latina, refletindo sobre a capacidade que o fortalecimento dos laços integracionistas pode desempenhar como fator atenuante da crise na região.

2. Da desregulamentação financeira ao colapso do sistema financeiro internacional

O sistema econômico e financeiro internacional encontra-se atualmente em um momento de forte instabilidade, mantendo elevados os níveis de riscos e incertezas quanto às transações financeiras em nível global. Esse cenário decorre, em grande parte, da crise financeira internacional que teve início em meados de 2007 no setor hipotecário estadunidense e que, por conseguinte, permeou os mercados globais, colocando em xeque a arquitetura financeira mundial.

É importante pontuar que o rápido alastramento da crise por outros continentes só foi possível em virtude dos canais gerados pela globalização financeira – processo em que os mercados financeiros integrados fundem-se em um único mercado mundial, ignorando as fronteiras espaciais e operando continuamente com transações superiores ao volume de comércio de bens e serviços (Corazza, 2003).

A globalização financeira remonta às transformações advindas com o fim das regulamentações do acordo de *Bretton Woods*, após a crise do padrão dólar-ouro, na década de 1970. No entanto, alguns fatores importantes constituem pré-condições para a financeirização e desregulamentação da economia, a esse respeito cumpre citar a criação do euromercado, na década de 1960 na Europa, um mercado *offshore*, ou seja, não limitado ao controle das autoridades domésticas, que possibilitou às empresas uma oportunidade de emitir títulos de dívida ou obter empréstimos fora de seus mercados nacionais, com custos inferiores, devido a menor regulação governamental. Outro fator impulsionador do processo de financeirização que merece destaque é a paulatina adoção do sistema flexível de taxas de câmbio, em que a fixação do valor relativo das moedas deixou de funcionar sob o controle do governo e passou a oscilar em função da relação da oferta e da demanda no mercado, estando sob a égide dos movimentos especulativos do capital.

Como consequências do processo de desregulamentação financeira, contata-se um implacável acirramento na concorrência entre as instituições bancárias e o surgimento de um mercado secundário de títulos, em que a “securitização”³ de dívidas permite a diluição de riscos no mercado, mas, em contrapartida, facilita a especulação e provoca maior instabilidade no sistema econômico. O mercado de títulos securitizados é viabilizado pela crença, por vezes equivocada, de que os mecanismos de autorregulação do mercado estão aptos para avaliar de maneira correta os riscos inerentes às atividades financeiras.

³ Essa tecnologia financeira, cuja denominação deriva do termo inglês “*securitization*” é uma maneira de transformar ativos individuais relativamente não líquidos em títulos mobiliários líquidos, transferindo os riscos inerentes a esses ativos para os investidores que compram esses títulos.

Contudo, a desregulamentação das forças de mercado e dos fluxos de capitais tem corroborado, sobremaneira, para a emergência de inúmeras crises observadas nas últimas décadas. Em comunhão com Paula e Ferrari (2011), a globalização financeira propicia um maior grau de interdependência entre as economias e por não apresentar regras monetário-financeiras estabilizantes, amplia a possibilidade de colapsos financeiros em nível mundial.

De fato, o colapso vivenciado hoje no cerne do sistema financeiro internacional é reflexo da crise emergida em 2007 no setor imobiliário da economia estadunidense, entretanto suas raízes estão fincadas no modelo de desregulamentação financeira, iniciado anos antes. Para Hermann (2008), a crise teve início no interior do sistema financeiro dos Estados Unidos, mas a liberalização financeira foi o “ventilador” que se encarregou de espalhar seus ativos para todo o mundo.

Destarte, o estouro da bolha especulativa do setor imobiliário estadunidense deu origem a uma crise que acometeu todo o sistema financeiro global. E nesse ínterim, a América Latina, apesar de encontrar-se com situação externa e fiscal relativamente favorável, não teve condições de manter o dinamismo econômico após a disseminação da crise, em consequência da natureza hierárquica e assimétrica do sistema financeiro mundial.

3. A crise financeira internacional instala-se na América Latina

A propagação da crise pela América Latina desconstruiu a hipótese de que as consequências deletérias do colapso financeiro atingiriam apenas os principais países desenvolvidos, na medida em que haveria um “descolamento” – *decoupling* – da região em relação à crise.

Essa hipótese fundamentava-se, mormente, no fato de que nos últimos anos – devido à fase ascendente do ciclo econômico internacional (2003-2007) – a América Latina vinha apresentando um desempenho econômico favorável. De fato, após a crise da dívida externa na década de 1980 e das outras recorrentes crises na década seguinte, vivenciou-se entre os anos de 2003 a 2007 uma condição relativamente próspera, com considerável melhora no balanço de pagamentos da maioria dos países da América Latina conjugada à retomada do crescimento e à manutenção da taxa de inflação em nível pouco elevado.

Em concordância com Salama (2009), foi o entendimento de que as economias emergentes poderiam escapar dos efeitos negativos da crise, que induziu alguns analistas, tais como os economistas da Goldman Sachs, a afirmar que China e Índia ofereceriam saídas satisfatórias para compensar os efeitos contraproducentes da crise financeira sobre a rentabilidade das empresas dos países desenvolvidos. Sob essa ótica, a crise teria uma visível reversibilidade e a América Latina não sofreria sequelas.

Todavia, a hipótese de *decoupling* não se confirmou, pelo contrário, a crise anunciou-se e, rapidamente, instalou-se no subcontinente latinoamericano. A partir de 2009, os primeiros impactos já começaram a ser agravados pela expressiva pressão inflacionária, pela depreciação das moedas frente ao dólar e pela queda do preço das commodities.

A ilusão de que a dinâmica das economias da América Latina poderia descolar-se das condições mundiais não havia como ser endossada, em especial porque há fragilidades estruturais históricas que não podem ser descartadas.

A economia latinoamericana, de forma geral, ainda não logrou um alto grau de autonomia, possuindo fortes debilidades no campo financeiro, industrial e comercial. Esses aspectos aliados ao parco desenvolvimento do mercado interno e à crescente fuga de capitais é o que possibilita, nas palavras de Coggiola (2010), a crise mundial golpear a região.

Em perspectiva histórica, essas fragilidades decorrem claramente de um conjunto de acontecimentos que permeiam a trajetória de desenvolvimento da América Latina.

Os governos latinoamericanos traçaram, durante a depressão dos anos 1930 e a II Guerra Mundial, objetivos desenvolvimentistas que traduziam seus novos interesses voltados para a industrialização. Esperava-se das indústrias o aumento da riqueza, o provimento de meios de segurança, a abertura de negócios para a burguesia nacional, a expansão do emprego para as massas urbanas e a modernização da sociedade como um todo (CERVO, 2007).

Todavia, ao longo do tempo esses objetivos não foram satisfatoriamente consolidados, no sentido de que a expansão do setor de transformação da indústria latinoamericana, apesar de originalmente concebida como responsabilidade de empresas locais autônomas, foi confiada ao empreendimento estrangeiro. Isso implica que o nacional-desenvolvimentismo não conseguiu uma ruptura com a dependência externa.

Posteriormente, há o afloramento do neoliberalismo na região que surge em resposta aos fortes processos inflacionários e à estagnação econômica vivenciada pela maioria dos países latinoamericanos, na década de 1980.

Nesse contexto, as propostas neoliberais para a estabilização, consagradas pelo Consenso de Washington, em 1990, constituíam medidas de disciplina fiscal embasadas na liberalização do comércio, na desregulamentação econômica e na privatização das empresas públicas. Segundo Bandeira (2002), todo esse receituário neoliberal desencadeou uma ainda maior dependência externa e constrangeu o real desenvolvimento da região.

Com a aplicação das recomendações do Consenso de Washington, observa-se uma deterioração de setores do aparelho produtivo regional, à proporção em que há um aumento estarrecedor das importações, acarretando um déficit considerável na balança comercial. Nesse contexto, a taxa de juros eleva-se a fim de garantir a entrada de capitais, ao que simultaneamente a taxa de câmbio passa por uma grande volatilidade.

É importante ressaltar que no início dos anos 2000 a taxa de câmbio, que se tornou flexível, valoriza-se na grande maioria dos países da América Latina. No entanto, essa apreciação pode gerar efeitos negativos sobre a rentabilidade do capital. O fato é que com a taxa de câmbio muito elevada, as exportações tornam-se mais difíceis, salvo as de matérias-primas. Em contrapartida, as importações passam a ser mais facilitadas.

A América Latina ainda tem a maior parte de suas exportações voltadas para produtos manufaturados de médio ou baixo grau tecnológico e bens não industriais, o que ocasiona uma baixa dinâmica econômica. Essa produção de escasso valor agregado inibe uma inserção sólida na economia mundial e aumenta a vulnerabilidade externa.

Nesse ínterim, outra questão que merece destaque tem a ver com as importantes desigualdades sociais que entremeiam a realidade da maioria dos países da região, dificultando o fortalecimento do mercado interno.

A combinação de todos esses fatos que marcam a construção econômico-social da América Latina explica o porquê da crise financeira atual ter conseguido instalar-se no seu conjunto de países, apesar dos índices de vulnerabilidade terem demonstrado aparente melhora no período que antecede o colapso financeiro internacional. Na realidade, o que ocorre é que para além dos índices de vulnerabilidades é necessário compreender o grau das fragilidades estruturais da região.

4. Impactos e constrangimentos causados pela crise financeira internacional à região latinoamericana

Os países da América Latina não formam em conjunto um bloco monolítico em que todos compartilham de igual estrutura político-econômica. É imprescindível reconhecer que há entre eles uma ampla diversidade, não somente no âmbito cultural, mas também no tocante às particularidades

históricas, às diferentes dinâmicas econômicas implementadas e aos assimétricos estágios de desenvolvimento. Em razão dessas diferenças, os impactos e os constrangimentos causados pela crise financeira têm dimensões relativas, variando de acordo com as circunstâncias domésticas de cada país em questão.

As economias maiores e os países mais industrializados, tais como: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela foram atingidos pela crise de forma semelhante, em linhas gerais: acentuada fuga de divisas, queda das exportações e diminuição do crédito externo. Houve também um pânico inicial generalizado que contaminou os bancos privados nacionais, que por sua vez reduziram o crédito e aumentaram os juros cobrados, acarretando contração do mercado interno, baixa da produção e agravamento do desemprego. Com relação ao elevado número de pequenos países da região – destaque para os da América Central e Caribe – esses sofreram os impactos de maneira mais direta em razão de muito dependerem das relações comerciais com os Estados Unidos e da entrada de investimentos estrangeiros diretos, além de terem o turismo como importante fonte de renda (SINGER, 2009).

Convém pontuar que o México, embora seja uma das maiores economias da América Latina, foi um dos primeiros a vivenciar os impactos negativos gerados pelo colapso na economia mundial. O país foi seriamente afetado em virtude da sua grande vinculação com a economia dos Estados Unidos, para onde são destinadas mais da metade de suas exportações. Nesse sentido, a sua crescente indústria automotiva, que compunha relevante parte da pauta de exportação, teve sérios danos. O México, da mesma forma que a Bolívia, o Equador e outros países, também sofreu perdas concernentes à abrupta queda das remessas dos trabalhadores migrantes – residentes, em sua maioria, nos Estados Unidos. Em síntese, registrou-se segundo relatórios da Cepal (2009a) a desaceleração mais elevada da atividade econômica mexicana desde o período pós-II Guerra Mundial, de forma que em 2009, o crescimento econômico do país contraiu-se em 6,5% e o PIB *per capita* em 7,5%.

A Argentina e o Brasil, duas outras expressivas economias latinoamericanas, apesar de não terem o grau de exposição que o México apresenta, não ficaram isentas dos efeitos deletérios da crise.

A Argentina que possui um comércio consideravelmente diversificado e vinha mantendo um notável ritmo de crescimento há algum tempo, passou por uma marcada desaceleração em 2009. É fato que não se observou perturbações agravadas no seu sistema bancário – bem como também não foi percebido nos demais países da região – por outro lado, os setores de produção de bens tiveram uma importante contração de 3,5%, de acordo com dados da Cepal (2009a).

O Brasil, por sua vez, também teve que enfrentar os desdobramentos negativos da crise na sua economia, em especial no setor das indústrias, que foi atingido pela queda das exportações. Ao final de 2008, percebeu-se uma impactante redução da taxa de crescimento industrial, ao passo que no quarto trimestre do ano, entre outubro e dezembro, a taxa anual da produção caiu de 6,8% para 3,1%. No mês de dezembro, especificamente, a produção industrial despencou 12,4% em relação a novembro e 14% em comparação a dezembro do ano anterior, o que significa a maior queda da série histórica, divulgada pelo IBGE, desde 1991 (IPEA, 2009).

Ressalvadas e exemplificadas as particularidades inerentes aos países da região, é oportuno apresentar uma exposição mais geral acerca do cenário que se instalou na América Latina em decorrência da eclosão da crise financeira internacional.

A repercussão da crise na América Latina anunciou seus primeiros sinais no segundo semestre de 2008, com a generalizada queda das bolsas de valores latinoamericanas, seguida de alterações na taxa de câmbio com depreciação das moedas nacionais frente ao dólar. Observou-se também uma diminuição das reservas dos Bancos Centrais, que foram utilizadas tanto para evitar a depreciação contínua das moedas, quanto para financiar a deterioração da situação externa dos países (SALAMA, 2009).

No tocante aos últimos meses de 2008 e os primeiros de 2009, foi possível constatar importante derrocada nos preços dos produtos básicos e uma deterioração dos termos de intercâmbio de commodities. Sobretudo entre outubro de 2008 e abril de 2009, os preços dos produtos primários despencaram em contraposição à alta especulativa que obtiveram no fim de 2007 e início de 2008 – antes da crise propagar-se pela região. Além disso, Houve também forte desaceleração das exportações em praticamente toda a América Latina (CEPAL,2009b).

Vale ressaltar que o setor das exportações mais afetado foi o de manufaturados, o que revela um preocupante risco de reprimarização da Latinoamérica. Para Cano (2009), a perda das exportações industriais somada à reduzida competitividade da região em relação às importações provenientes da China implica uma gradual “desindustrialização”.

Assis (2011) afirma, no entanto, que a região, após a crise, não enfrenta apenas o risco chinês, mas está, simultaneamente, sob a ameaça do dumping comercial estadunidense, europeu, japonês e dos países exportadores da Ásia. Isso ocorre como consequência das políticas de ajuste fiscal adotadas pelos principais países industrializados, que visam ao aumento das exportações e prezam pelo protecionismo, com o argumento de equilibrar suas economias em meio à crise.

Com base nessa conjuntura, torna-se claro que há probabilidades da América Latina adquirir paulatinamente a função perene de produtora e exportadora de commodities, nos moldes neocolonialistas de uma nova divisão internacional do trabalho. O fator preocupante é que a venda os produtos básicos geram produção de pouco valor agregado e de baixa dinâmica econômica, não favorecendo uma inserção mais firme e duradoura no contexto internacional.

É necessário atentar também para os efeitos da crise na esfera social e política. Rojas Aravena (2009) pondera que houve notórias tensões no contexto dos sistemas políticos democráticos, ao passo que a própria segurança humana está fragilizada. Considera-se que vários milhões de cidadãos da América Latina haviam saído da linha da pobreza nos últimos sete anos antecedentes à crise. Contudo, essa conquista vê-se diretamente ameaçada em virtude da drástica redução de empregos, em 2009, que deixou cerca de três milhões de pessoas desempregadas por toda a região.

Em vista do exposto, é coerente constatar que a América Latina como um todo absorveu os choques da crise financeira internacional nos seus mais diversos níveis de atividade, ao que a região sofreu um retrocesso de 1,9% do PIB em 2009, segundo dados oficiais da Cepal (2009a). O impacto da crise, mesmo que não tenha sido homogêneo, foi sumamente negativo, de forma que todos os países da região – independentemente de suas particularidades – passam, em conjunto, por dificuldades semelhantes no âmbito econômico, político e social.

5. Respostas da América Latina frente à crise financeira internacional e a importância da integração regional

Traçar previsões datadas sobre a retomada total da estabilização dos mercados financeiros globais é sempre arriscado. Entretanto, é indispensável repensar a regulação das instituições financeiras, a fim de minimizar a atual instabilidade. Para Sobreira (2008), a redefinição do modelo de regulamentação vigente é, claramente, um subproduto esperado e necessário dessa crise.

Nesse sentido, os países da América Latina reagiram adotando tradicionais políticas monetárias e financeiras, a exemplo de redução dos juros, oferta de liquidez em moeda doméstica, projetos de aumento de gastos em infraestrutura e isenção fiscal por setores (IPEA, 2009).

É interessante assinalar que a região, apesar de sua fragilidade estrutural, encontra-se em melhores condições de enfrentar uma crise de tamanha abrangência do que nas décadas anteriores de 1980 e 1990. Nesse sentido, de acordo com dados da CEPAL (2010), tem-se que já em 2010 a América Latina apresentou marcados sinais de recuperação, com aumento nos índices de exportação e

importação, melhoras nos PIBs da região e consequente retomada do crescimento das economias nacionais. Essa recuperação deve-se não só às medidas tomadas pelos países isoladamente, mas à conjuntura internacional, tendo em vista que houve nesse ano uma recuperação da atividade econômica no âmbito mundial, o que contribuiu, dentre outros fatores, para o aumento nos preços das commodities que haviam declinado expressivamente em 2009.

Uma análise precipitada poderia supor que a recuperação da América Latina em 2010 havia simbolizado o fim da crise na região. No entanto, Filgueiras (2012) alerta que esse período de recuperação foi apenas uma melhora pontual em meio aos momentos críticos da crise. Fato que comprova esse argumento é que em 2011 a economia latinoamericana voltou à desaceleração, acompanhando mais uma vez o ritmo negativo dos principais países industrializados que se encontram novamente mergulhados em importantes desequilíbrios econômicos – persistindo a crise da dívida soberana que assola, em especial, vários países europeus.

Essa situação torna patente que a América Latina nunca esteve desvinculada da atual crise do capitalismo, ao passo que é complicado crer em medidas que revertam por completo, com rapidez e eficácia, os seus desdobramentos contraproducentes causados à região.

De acordo com Dupas e Oliveira (2008), o impacto da deterioração socioeconômica fruto da adesão acrítica ao discurso e às práticas neoliberais da década de 1990, gerou um quadro político extremamente complexo na região latinoamericana, de forma que os Estados nacionais vêm sendo percebidos como aparelhos com reduzida capacidade de solucionar problemas decorrentes da era da globalização.

Sob essa ótica, considerando a fragilidade dos Estados nacionais e levando em conta que a extensa crise atual é fruto dos processos globalizantes; entende-se que um fator atenuante de grande valia nesse contexto é o aprofundamento dos laços integracionistas da região, mediante o incremento da cooperação e o estreitamento das parcerias intrarregionais.

O significado etimológico do termo “cooperar” tem a ver com atuar conjuntamente a fim de alcançar um objetivo comum (AYLLÓN, 2007). Dessa forma, pode-se dizer que cooperar, no âmbito internacional, seria fomentar em conjunto o desenvolvimento de ações interconectadas, com o fito de solucionar as dificuldades partilhadas.

No contexto regional, a cooperação mais efetiva de políticas por parte dos governos da América Latina pode significar uma lógica positiva no caminho da superação dos problemas estruturais dos países da região.

No que concerne à integração regional, essa pode ser definida como um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações atinentes aos atores internacionais – sejam eles governamentais ou não governamentais – levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional. Ademais, é oportuno ressaltar que a integração pressupõe uma cooperação ampliada não só na área econômica, mas também na área política e sociocultural (HERZ & HOFFMAN, 2004).

Embora a ideia de integração não seja recente, até hoje nenhuma região conseguiu integrar-se plenamente em todos os níveis temáticos de abrangências. Entretanto, longe de um otimismo ideológico progressista, é importante ressaltar que apesar dos empecilhos que possam permear os processos integracionistas na América Latina, esses devem ser continuamente estimulados, em especial nos momento atual de crise, pois podem servir a um interesse mútuo de desenvolvimento, auxiliando a mitigar os problemas que se interpõem à realidade da região.

Em perspectiva histórica, a primeiro esforço integracionista da América Latina remonta ao início do século XIX, tendo em Simón Bolívar o seu principal idealizador. Herz e Hoffman (2004) versam que Bolívar lutou pela unificação dos Estados latinoamericanos, tendo o objetivo estratégico de garantir a independência da região contra possíveis tentativas de reconquista por parte das potências europeias e

também de proteger a região contra uma política expansionista por parte dos Estados Unidos que, em 1823, haviam lançado a doutrina Monroe.

Depois do impulso pioneiro de Bolívar, inúmeros projetos com vistas à integração regional surgiram na América Latina, tais como: a Associação Latinoamericana de Livre Comércio – ALALC (1960); o Mercado Comum Centro Americano – MCCA (1960); a Comunidade Andina de Nações – CAN (1969); a Associação Latinoamericana para o Desenvolvimento de Integração – ALADI (1980); o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (1991); Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (1998); a Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA (2004); a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL (2008); dentre outros.

É notório que todas essas iniciativas foram de fundamental importância para a instrumentalização do diálogo estratégico, impulsionando maiores parcerias entre os países. Assim sendo, não se pode negar que simbolizaram avanços importantes no caminho da integração regional. Nesse contexto, é oportuno citar a recente criação do Conselho de Economia e Finanças da UNASUL, firmado em 12 de agosto de 2011. Para Honório (2011), esse conselho representa um significativo espaço autônomo de articulação para o enfrentamento da crise financeira, mais do que isso, é também um instrumento que fomenta reações à crise por intermédio do aprofundamento da integração regional.

Por outro lado, é imprescindível destacar que os esforços integracionistas empreendidos até agora ainda não lograram uma coesão total que permita a inclusão de todos os países latinoamericanos, utilizando a sinergia de suas capacidades em nome de projetos abrangentes que contemplem ao mesmo tempo os eixos: econômico, político, cultural e tecnológico.

As dificuldades de promover uma efetiva integração regional na América Latina podem apontar para as disparidades em nível de desenvolvimento dos seus países e para os descompassos políticos que ainda persistem em alguns casos.

Entretanto, Dupas e Oliveira (2008) argumentam que uma verdadeira integração – que recriasse a capacidade política dos Estados latinoamericanos, enlaçando-os em uma esfera regional que visasse à solução dos problemas comuns – desencadearia uma lógica positiva de *spillover*, gerando maior equidade e coesão social na região, ao passo ampliaria o espaço para acordos político-diplomáticos, minimizando eventuais descompassos.

Seguindo a lógica de que é fundamental um maior intercâmbio regional para que se ampliem as facilidades de acesso ao comércio intralatinoamericano, Coggiola (2010) acrescenta que é impraticável planejar uma forte integração entre países se todos eles exportam *commodities* para os mercados globais, mas em prática não têm políticas produtivas comuns. A esse respeito, Assis (2011) ratifica que o ponto fraco dos processos integracionistas já desenvolvidos na região está em não enfocarem a lógica da integração produtiva. Nesse sentido, afirma que investimentos recíprocos entrelaçados e cadeias produtivas integradas têm o poder de gerar uma firme plataforma de desenvolvimento regional.

Embora se reconheça as dificuldades para a construção de uma integração regional sólida e as lacunas que os atuais processos integracionistas da região apresentam, considera-se que é indispensável continuar avançando rumo ao aprofundamento da cooperação regional e sub-regional, fortalecendo os mecanismos de integração já existentes e impulsionando o fomento de novos espaços políticos e institucionais.

Em cenário de crise, a exemplo do que é vivenciado atualmente, os países latinoamericanos necessitam redobrar seus esforços para empreender espaços regionais ampliados. A CEPAL (2010) identificou, nesse sentido, alguns eixos prioritários, dentre eles: o desenvolvimento de uma infraestrutura para a integração; o apoio ao comércio intrarregional, o fortalecimento do âmbito social e um esforço renovado que aborde as assimetrias entre os países da região. Ainda de acordo com relatórios da CEPAL (2008), a colaboração mais estreita dentro do Caribe, América Central e América do Sul não é apenas um relevante objetivo político, mas um imperativo para que a região insira-se da

melhor forma em uma economia global que se torna cada vez menos dinâmica, de modo que as medidas adotadas em conjunto nos setores de infraestrutura, energia, conectividade e facilitação do comércio intrarregional irão converter-se em fatores decisivos para a competitividade e crescimento da América Latina. O efetivo fortalecimento da integração regional estimula, também, uma diversificação produtiva, favorecendo as exportações de manufaturado que possuem maior valor agregado e incentivando uma plataforma de aprendizagem que propicia maior inserção em nível mundial.

Em razão dos motivos expostos, reafirma-se a importância e a necessidade dos países da América Latina desenharem uma agenda comum embasada na cooperação e no estreitamento das parcerias estratégicas. Nesse ínterim, cabe observar, sob uma perspectiva realista, que a forte coesão de um grupo de países pode elevar seus diferenciais de poder, aumentando a autonomia e o potencial de barganha da região no cenário internacional. Ademais, torna-se claro que a integração é um instrumento indispensável para mitigar os efeitos deletérios da crise e os problemas estruturais que insistem em frear o desenvolvimento da Latinoamérica.

6. Considerações Finais

Diante daquilo que foi exposto até então, entende-se que a atual crise financeira que assola o sistema internacional é produto de uma série de acontecimentos regidos pelo intento da desregulamentação. Esses acontecimentos, por sua vez, geraram um novo regime de finanças marcado pela arriscada atividade especulativa desacoplada da órbita real de produção. Em função disso e dos processos globalizantes, a crise originada no cerne do setor imobiliário estadunidense facilmente repercutiu por todos os continentes, altamente interconectados. É oportuno reiterar que a crise ainda está em fase de desenvolvimento e, devido à sua abrangência mundial, é complicado realizar previsões sobre o seu término e a retomada da estabilização dos mercados globais.

Nesse cenário, observou-se que a América Latina como um todo sofreu com os efeitos extremamente negativos provocados pela crise supracitada. Em 2008, já foi possível perceber os primeiros impactos, com generalizada queda das bolsas de valores das economias latinoamericanas, ao passo que em 2009 o crescimento negativo atingiu toda a região, com forte desaceleração das exportações e relevante queda do PIB. Cabe dizer que em 2010 houve uma pontual melhora que logo foi revertida pelo momento crítico de desaceleração presenciado novamente em 2011, como reflexo, mais uma vez, dos importantes desequilíbrios em que se encontram mergulhados os principais países industrializados.

Essa conjuntura demonstrou o quanto a América Latina ainda está condicionada às circunstâncias internacionais, evidenciando várias fragilidades estruturais que marcam a sua construção econômico-social e revelando a sua notável dependência tecnológica e financeira.

A esse respeito, foi abordada a forma como a integração regional pode auxiliar a amenizar as dificuldades comuns aos países da América Latina. O desenvolvimento de ações coordenadas por parte dos governos latinoamericanos aumenta a capacidade de solucionar os problemas que se interpõem à realidade da região, fortalecendo sua autonomia.

Em linhas gerais, não se pretende sugerir, de forma idealista, que a integração regional seja a panaceia solucionadora de todos os percalços que se apresentam à América Latina. Contudo, observou-se que o aprofundamento dos laços integracionistas funciona como fator atenuante dos efeitos deletérios da crise, bem como auxilia no desenvolvimento da região.

Referências Bibliográficas:

Assis, J. C. (2011). Uma Estratégia para Conter o Tsunami do Dumping Comercial à Vista. *Rumos do Brasil*. Acessado em 25 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.rumosdobrasil.org.br/2011/03/24/intersul-uma-estrategia-para-conter-o-tsunami-do-dumping-comercial-a-vista/>.

Ayllón, B. (2007). La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*, 2 (2).

Bandeira, L. (2002). As Políticas Neoliberais e a Crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*.

Cano, W. (2009). América Latina: Notas sobre a Crise Atual. *Revista Economia e Sociedade*, 18 (3).

CEPAL. (2008) *Espacios de Cooperación e Integración Regional: Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. Acessado em 24 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/36906/ESPACIOS_COOPERACION_INTEGRACION_REGIONAL_vf.pdf.

CEPAL. (2009). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe: Impacto distributivo de las políticas públicas*. Acessado em 19 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/40263/P40263.xml&xsl=/de/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl-i/top-bottom.xslt>.

CEPAL. (2009). *Las Repercusiones de la Crisis en los países de América Latina y el Caribe*. Acessado em 18 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/42721/Segunda_Reunion_de_Ministros_de_Hacienda.pdf.

CEPAL. (2010). *Crise originada no centro e recuperação impulsionada pelas economias emergentes*. Acessado em 05 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/9/40709/P40709.xml&xsl=/comercio/tplp/p9f.xsl&base=/comercio/tpl-p/top-bottom.xsl>.

CEPAL. (2011). *Desafios do Desenvolvimento Econômico e Social de América Latina e o Caribe*. Acessado em 15 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.eclac.cl/noticias/paginas/1/39501/2011.11.25-desafiosdesenvolvimento.pdf>.

Cervo, A. (2007). *Relações Internacionais da América Latina: novos e velhos paradigmas*. São Paulo: Saraiva.

Dupas, G. & Oliveira, M. F. (2008). “A União Sul-Americana de Nações: oportunidades econômicas e entraves políticos”. Em: Ayerbe, L. F. (Ed.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Unesp.

Coggiola, O. (2010). América Latina na Crise Econômica Mundial. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 2 (1).

Corazza, G. (2002). Globalização financeira: a utopia do mercado e a reinvenção da política. *Revista Análise Econômica*, 17 (32).

Filgueiras, L. (2012). *As medidas de estímulo são pontuais e insuficientes para enfrentar as questões fundamentais*. Acessado em 06 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/entrev_det.asp?Id_ent=89.

Hermann, J. (2008). Da Liberalização à Crise Financeira Norte-Americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. *Dossiê da Crise I*. Acessado em 12 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>.

Herz, M. & Hoffmann, A. R. (2004). *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Honório, Z. (2011). A crise econômica mundial e as turbulências recentes. *Nota Técnica*. Acessado em 02 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec104CriseEconomica.pdf>.

IPEA. (2009). *Crise Internacional: Reações na América Latina e Canais de Transmissão no Brasil*. Acessado em 12 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_02_18_CriseInternacional2.pdf.

Paula, L. F. D. & Ferrari, F. (2011). Desdobramentos da Crise Financeira Internacional. *Revista de Economia Política*, 31 (2).

Rojas Aravena, F. (2009). Siete Efectos Políticos de la Crisis Internacional en América Latina. *Nueva Sociedad*, 6 (24).

Salama, P. (2009). Argentina, Brasil e México Diante da Crise Internacional. *Estudos Avançados*, 23 (65).

Singer, P. (2009). A América Latina na Crise Mundial. *Estudos Avançados*, 23 (66).

Sobreira, R. (2008). Os Derivativos e a Crise de Crédito. *Dossiê da Crise I*. Acessado em 30 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>.